Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 32, p. 351 - 366, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2021.v17i32.12474

A PRÁXIS COLETIVA DO FEMINISMO NEGRO NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE

THE COLLECTIVE PRAXIS OF BLACK FEMINISM IN THE FIGHT FOR THE RIGHT TO THE CITY

LES PRATIQUES COLLECTIVES DU FÉMINISME NOIR DANS LA LUTTE POUR LE DROIT À LA VILLE

Bruna Lúcia dos Santos

RESUMO

Esse artigo objetiva refletir o espaço e o cotidiano de mulheres negras a partir da teoria da geografia e da prática do feminismo negro com o Grupo de Mulheres Negras Dandara, da cidade de São João del Rei em Minas Gerais. Assume-se o ponto de vista de mulheres negras para uma análise interseccional, entendendo que o espaço aberto, mutável, produto e produtor de relações sociais carrega consigo contradições tais como de gênero, raça e classe. O espaço é inerente às fricções e aos conflitos que ensejam a luta do direito à cidade e à volta dos comuns. Como hipótese, entende-se que a prática do cotidiano se traduz como insurgência necessária e possível, para a promoção de novas relações das mulheres com o espaço urbano e em especial as mulheres negras. Acredita-se também na potencialidade das redes de solidariedade para visar o horizonte de transformação radical da vida.

Palavras-Chave: Espaço; Interseccionalidade; Cotidiano; Mulheres Negras.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the space and daily life of black women from the theory of geography and the practice of black feminism of the Black Women Group Dandara, from São João del Rei, Minas Gerais. The point of view of black women is taken for an intersectional analysis, understanding that the open, changing, product and producer space of social relations carries with it contradictions such as gender, race and class. The space is inherent to the frictions and conflicts that give rise to the fight for the right to the city and the return of the commons. As a hypothesis, it is understood that the practice of daily life translates itself as a necessary and possible insurgency for the development of new relations between women and the urban area, especially black women. It also believes in the potential of solidarity networks to aim at life radical transformation.

Key words: Space; Intersectionality; Daily life; Black Women

RÉSUMÉ

Cet article vise à réfléchir sur l'espace et la vie quotidienne des femmes noires à partir de la théorie de la géographie et de la pratique du féminisme noir du Groupe des femmes noires Dandara, de la ville de São João del Rei, Minas Gerais. Le point de vue des femmes noires est supposé pour une analyse intersectionnelle, sachant que l'espace ouvert, variable, produit et producteur des relations sociales comportent des contradictions telles que le sexe, la race et la classe. L'espace est inhérent aux frictions et aux conflits qui donnent lieu à la lutte pour le droit à la ville et au retour des communs. A titre d'hypothèse, il est entendu que la pratique de la vie quotidienne se traduit par une insurrection nécessaire et possible pour la promotion de nouvelles relations entre les femmes et l'espace urbain, particulièrement les femmes noires. On croit également au potentiel des réseaux de solidarité pour viser l'horizon d'une transformation radicale de la vie.

Mots clés: Espace; Intersectionnalité; Quotidien; Femmes Noires

Introdução

Como objeto de estudo da geografia, o espaço carrega uma gama de complexidades no que diz respeito a sua constituição, o que nos remete a necessidade de analisá-lo de forma que una a teoria e a prática da experimentação – o cotidiano. Com relação ao espaço na dimensão do urbano, Henri Lefebvre (2006) considera que o espaço urbano é a representação mais material das relações sociais sendo, portanto, um espaço social. Entretanto, é importante salientar a característica do espaço de ser aberto, mutável e não passivo. Isso porque ele vai muito além de um simples pano de fundo , ou um cenário onde a vida acontece. Por ser um produto e uma dimensão material das nossas relações sociais , ele também assume o papel condicionante para que essas relações sociais aconteçam.

Mesmo entendido que o espaço não é estático e que se configura como condicionado e condicionante de nossas relações sociais, outras categorias são deixadas de lado na compreensão total do espaço, a saber, gênero e raça. Essa dimensão, de ser mulher e negra, tem sido desconhecida na produção de conhecimento geográfico, justamente por estarmos sob a lógica da falácia da neutralidade das ciências. Mas como pensar em ciências neutras se o conhecimento é produzido por pessoas e pessoas são constituídas de pertencimentos sociais e políticos? Nos deparamos com a versão do sujeito único da história e das vozes universais (SPIVAK, 2010) que padronizam o ser vivido.

Diante dessa realidade, percebeu-se a necessidade de uma visão de gênero e de raça nos estudos geográficos, principalmente no que concerne à geografia urbana. Monica Colombara (s.d.) chama a atenção para como em uma gama enorme e de qualidade de estudos urbanos, raramente se encontram estudos com a perspectiva feminista. Compreende-se nesse artigo que relações de gênero como categoria social se materializam no espaço , bem como relações de raça também se configuram como importante fator na produção do espaço , e nos faz pensar na duplicidade de vias de opressão que moldam o cotidiano da mulher negra. Doreen Massey considera o espaço em três preposições:

> Primeiro, produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. Segundo, a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem. Terceiro, o espaço como estando sempre em construção. (MASSEY, 2008, p. 28)

Aqui, Massey (2008) converge com a impressão de Lefebvre (2006) sobre o espaço, como produto de relações, aberto e mutável. A análise espacial de ambos auxilia a entender as contradições e os conflitos pulsantes da dinâmica socioespacial de forma materializada, bem como o horizonte de ações e de lutas para transformação radical da vida. Pode-se considerar que são os países na periferia do capitalismo e no sul global onde se percebe a crescente insurgência de movimentos emancipadores, tais como movimentos de economia solidária e feminista, movimentos feministas e negros, organizações de bairros muitas vezes encabeçados também por mulheres, entre outros. Isso explicita a crise das sociedades capitalistas onde os "os condenados do espaço" entram em conflito pela produção de um espaço social que seja livre de qualquer tipo de opressão.

Diante do contexto atual de acumulação de capital e crise das sociedades capitalistas, dos momentos de fricção e contradição, chegamos ao momento do conflito e da luta. O direito à cidade (LEFEBVRE, 2016) demanda a possibilidade de ação para a construção coletiva da cidade e do cotidiano sem a imposição do sistema econômico vigente, um direito que não é só de acesso à lugares, mas um direito que reclama a existência da pluralidade no espaço. É o direito de poder lutar pelo próprio direito, que como luta coletiva busca a conquista dos comuns. Pensando que o direito a cidade é isso, o feminismo negro cumpre um papel de agente de fortalecimento e entendimento do ser feminino e negro que é presente em grande parte dos espaços da vida cotidiana. Como Angela Davis afirma "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras,

muda-se a base do capitalismo" (ALVES, 2017).

Para isso, adotou-se a perspectiva de análise interseccional de Kimberlé Crenshaw (2002b) para que se possa abordar a opressão de classe, gênero e raça , horizontalmente, como simultâneos e informantes uns dos outros. A interseccionalidade pode nos ajudar a compreender o espaço pelo viés de diferentes tipos de opressão, mas que como avenidas, se cruzam. Além disso, é mais uma forma de evitar cair no projeto de imparcialidade alongado por anos dentro das instituições de ensino.

Dito isso, o objetivo desse artigo é refletir acerca das experiências urbanas e de lutas de mulheres negras, para convergir com as teorias do espaço e para pensar outras socioespacialidades possíveis. Como metodologia fez-se análise do Grupo de Mulheres Negras Dandara em São João del Rei, Minas Gerais, como forma de revisitarmos a construção conjunta da práxis do feminismo negro no espaço urbano. Essa prática, atrelada à formação de conhecimento, é uma das frentes possíveis na busca pela transformação da vida , e tem como hipótese que as reivindicações de mulheres negras são o combustível necessário e potente para formação de um outro tipo de sociedade. O artigo não objetiva ser um manual de como alcançar o direito à cidade, mas oferece um caminho para as ideias revolucionárias de libertação da sociedade e a luta pelo espaço longe de toda forma de opressão.

Geografia e interseccionalidades

"Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade" (Trecho do livro Pelo Espaço de Doreen Massey, 2008)

A geografia preocupada com questões de gênero não é uma perspectivamente amplamente trabalhada, mas tem dado alguns passos em direção ao debate acerca das opressões que se constituem no espaço. Como ciência, a geografia já vinha se desenvolvendo de forma crítica, socialmente engajada para questionar as desigualdades materializadas no espaço, que ganhou forças em meados do século XX. Porém, podemos perceber que pouco se avançaram as reflexões quanto à vida cotidiana dos sujeitos e das opressões que perpassam seus corpos.

Janice Monk e Susan Hanson (1982) afirmam que o conhecimento é uma criação social e que, portanto, o fato de mulheres estarem excluídas das produções acadêmicas diz muito sobre que tipo de conhecimento acadêmico está sendo (re)produzido. Como ciência que estuda o espaço, a geografia precisava ampliar o campo de visão das categorias analíticas, mas essa visão era pouco percebida diante da majoritária participação masculina nas pesquisas, construção de conhecimento essa que se baseia em processos metodológicos e teóricos-conceituais vindos de pertencimentos políticos e históricos do imperialismo e colonialismo (SILVA; NABOZNY; ORNAT, 2010)

A geografia feminista ganha contornos quando a própria geografia se abre à perspectiva da luta das mulheres , bem como o movimento feminista percebe a necessidade da espacialização das opressões de gênero. Isso acontece diante de algumas mudanças no cenário ocidental das décadas de 1960 e 1970 com o fim do estado bem estar social, ascensão de políticas neoliberais e instauração de governos ditatoriais. Nesse cenário, algumas mulheres já se encontravam em jornadas duplas de trabalho (produtivo e reprodutivo) e logo se somaram as reivindicações de outros setores como operários, jovens, estudantes e negros.

É válido considerar que a construção de uma geografia feminista e de gênero foi algo conquistado por geógrafas que ousaram pensar nas condições da vida das mulheres no espaço bem como questionar as tradições teóricas e metodológicas que as excluíam das análises espaciais, sob uma ótica universalista masculina. Alguns nomes ganham destaque como Gillian Rose, Linda McDowell, Doreen Massey que brilhantemente mostram a faceta masculina da produção do espaço, do planejamento urbano, bem como da episteme do

conhecimento geográfico. Outros debates sobre o espaço ganharam força como o debate sobre as cidades como condição falocêntrica de dominação advinda da produção majoritariamente masculina que dificilmente é constituída de espaços seguros e representativo às mulheres e a concretização da divisão sexual do trabalho na vida cotidiana que tem a mulher como cidadã de segunda classe.

Tanto a corrente estruturalista (com as críticas sobre a constituição do capitalismo com base nas opressões formadas pelo processo colonial e pela formação da família patriarcal burguesa) como a corrente pós-estruturalista (que questionam o conceito de gênero como agente de binarismos e dualidades importantes para a firmação de opressões), adicionaram grandes contribuições para a superação de uma geografia do sujeito único masculino na história do pensamento geográfico. Entretanto, a geografia feminista não é somente tratar de gênero nas pesquisas, pois antes de tudo é um ato político de conhecimento. Silva et. al. (2017, p. 13) mostra a genialidade de Doreen Massey quanto ao seu posicionamento como geógrafa feminista que "implicava pensar o conhecimento, as relações políticas e de poder que eram inerentes ao processo de constituição da imaginação geográfica e de seu processo de legitimação".

Outrossim, apesar de todo histórico patriarcal de sociedades ocidentais, que no Brasil está intimamente ligado ao processo de colonização, o capitalismo também é o mecanismo pelo qual se fortalecem dinâmicas de opressão, pois ele precisa subdividir as classes sociais a partir do sexismo, racismo e welfarismo para que a produção e acumulação do capital seja efetiva. Segundo Silvia Federici (2019, p. 79) "sempre que o capital não conseguiu operar no 'Terceiro Mundo', ele abriu o portão das fábricas para mulheres, negros e jovens na metrópole ou para imigrantes do 'Terceiro Mundo'" na expansão da divisão internacional, social, sexual e racial do trabalho. Dessa forma, podem ser percebidos nos espaços as expressões das jornadas duplas ou até triplas de trabalho reprodutivo e produtivo das mulheres, bem como a proporção de desemprego e informalidade que as acometem. Os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios mostram que no Brasil em 64,9% dos brasileiros desempregados são mulheres (BOUERI, 2019).

Essa precarização da vida das mulheres, como projeto político e econômico, constitui a produção do espaço e precisa de íntimo destaque nas análises socioespaciais. A reprodução social foi abruptamente condicionada às demandas do capitalismo vagabundo para a possiblidade de realização da produção pela força da mão de obra, isto é, a reprodução social é fundamental para que a roda da produção para a acumulação gire. Cindi Katz (2019, p. 437) afirma que a reprodução social "é o material carnudo, desordenado e indeterminado da vida cotidiana", portanto, é difícil enxergar onde começa e termina o trabalho reprodutivo exercido pelas mulheres.

Destacada as inquietações do feminismo na análise espacial, a pergunta que perdura é onde se encaixam as mulheres negras nesse debate? Alguns trabalhos dentro da perspectiva racial foram produzidos, mas o que se percebe é um abismo entre as duas categorias valiosas para entender o espaço como um todo. Para geógrafas e geógrafos de um país da periferia do capitalismo, que se estruturou na base do colonialismo, fazer a leitura do espaço sem o componente de gênero e raça, é fazer uma leitura incompleta e esse é um dos desafios metodológicos que pode ser redesenhado a partir de ações políticas e ideológicas da população marginalizada (PERRY, 2016, p. 99), em especial de grupos de mulheres negras. Considerando a proposta de Massey (2008) sobre a geografia feminista, de aplicar o feminismo como ferramenta ideológica e prática, as ideias revolucionárias de transformação do espaço, como as pensadas por Lefebvre (2019), precisam ter a perspectiva da mulher negra

Quando Crenshaw (2002b) oferece o método de análise interseccional o objetivo é justamente que nenhum sujeito seja deixado às margens de visada. Portanto, as condições relegadas ao gênero não podem ser desvinculadas de outras categorias de análise na perspectiva interseccional que é a "conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação" (CRENSHAW, 2002b, p. 177). Ou seja, essa forma de análise trata como as opressões de raça, gênero, classe

e outras desigualdades operam sem hierarquização e separação umas das outras e geram desigualdades básicas que conferem às mulheres posições relativas. Não distante, Lélia González já refletia a situação da mulher negra no Brasil, sob um olhar entre gênero, raça e classe, oferecendo aos estudos brasileiros críticas noções de como seria a análise interseccional. Se pensarmos no contexto de debate mais próximo, o Brasil carrega consigo o histórico do imperialismo, colonialismo e do capitalismo tardio. Segundo a autora:

> O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (GONZALEZ, 1984, p. 224)

Alguns trabalhos que contemplam as ações de mulheres como agentes revolucionárias e como agentes de conhecimento e sabedoria foram realizados no Brasil. Entretanto, por mais que exista a tentativa de alongar a perspectiva feminista, de gênero, racial e de sexualidades na geografia, dificilmente se encontram pesquisas e produções que ofereçam uma leitura das mulheres negras como mulheres feministas e agentes revolucionárias no espaço urbano. Assim como não são todas e todos as(os) geógrafas(os) que terão a visão feminista, não serão todas e todos que terão necessariamente o tino para uma visão racial da visão feminista. E novamente nos deparamos com os limites para a produção do conhecimento que se juntará à prática de sujeitos políticos.

Quando direcionamos a questão para uma escala menor como o bairro, onde pode-se perceber movimentos sociais e o cotidiano de territórios negros, as margens mostram que a pobreza no Brasil tem raça e gênero, e que grande parte das chefias de casa nesses bairros são de mulheres negras (PERRY, 2016, p. 99). O bairro, por mais que seja uma escala local, expressa um padrão das cidades no Brasil e no mundo, de espaços fragmentados e hierarquizados seguindo a lógica da produção capitalista, racista e machista do espaço. O papel do racismo estrutural não pode ser deixado de lado, destrinchado por Silvio Almeida, quanto ao que gera instituições e comportamentos individuais racistas que nada mais são que materializações de uma estrutura social racista. Almeida salienta que "a estrutura social é construída por inúmeros conflitos – de classe, raciais, sexuais, etc." (ALMEIDA, 2019, p. 47). Em concordância com Almeida, Crenshaw (2002a, p. 12). expõe que a combinação tanto da estrutura racial quanto da de gênero marginalizam mulheres negras, que estão na base da estratificação social.

O cotidiano (LEFEBVRE, 1991) também se faz ferramenta na análise espacial a partir da experimentação, do vivido. É através dele que contradições serão percebidas na produção do espaço e na reprodução da vida, em choque com a produção capitalista e neoliberal do espaço representando assim a precarização da vida. Segundo Ávila e Ferreira (2017, p. 152) é no cotidiano "que a experiência de cada sujeito individual [...] está diretamente relacionada e confrontada com a força das estruturas sociais através da dinâmica (e das tensões) das relações sociais". A prática socioespacial de grupos de mulheres negras confirma a dinâmica da luta cotidiana formada na subjetividade diaspórica, com redes de solidariedade e reivindicações que as unem com base na expropriação histórica.

Em diálogo com as considerações de Perry (2016), esse artigo considera válida e necessária a análise a partir de movimentos sociais e de base como caminhos possíveis nas ações contra opressões de gênero, raça e classe no espaço. Para melhor exemplificar o assunto discutido serão apresentadas, a seguir, ações do Grupo de mulheres negras Dandara bem como as interlocuções com outras mulheres negras da cidade de São João del Rei.

Mulheres negras e a luta do espaço

O grupo Dandara de mulheres negras é um grupo formado em 2013 na cidade de São João del Rei em Minas Gerais e composto somente por mulheres negras, acadêmicas ou não. Seu objetivo é enfrentar condições que assolam a vida de mulheres negras, problemáticas como racismo e machismo enraizadas na estrutura social brasileira. Desse objetivo, destrincha-se todas as escalas que se ligam a vida da mulher, como saúde, educação,

maternidade, mobilidade e estética. Antes de tudo, o grupo preocupa em se embasar teoricamente, tanto para estruturar futuras ações na cidade como para embasar as mulheres membros do grupo para produções de trabalho científicos e para isso organiza reuniões e grupos de estudo com textos de feministas e sobre a negritude.

Por ser constituído por mulheres diversas, o grupo tem a característica de ser muiltifacetado e multidisciplinar. Já fizeram parte alunas de cursos como psicologia, geografia, pedagogia, história, economia e jornalismo, mas também mulheres fora da academia, rapper e cabelereira. Essa característica do grupo é importante para que as ações sejam descentralizadas já que pensar no cotidiano de mulheres negras é pensar também nas condições de reprodução da vida e no trabalho reprodutivo que de certa forma está ligado às condições dos filhos e cônjuges. O objetivo do coletivo nasceu da percepção do não lugar da mulher negra nos espaços de militância, seja pela falta da categoria raça nos debates do feminismo branco, seja pela falta da categoria gênero nos debates do movimento negro. Dessa forma, afirmando ser um grupo feminista negro, o Dandara procura reivindicar visibilidade para os problemas específicos enfrentados por mulheres negras.

Espacialmente, o Grupo Dandara realiza suas ações em São João del Rei, cidade que se localiza na microrregião do Campo das Vertentes e que tem sua história iniciada com a descoberta de ouro nas margens do Rio das Mortes por volta de 1705. É popularmente conhecida pela forte influência da religião católica que se converge com sua história constituída no período escravocrata. Por isso, a herança de grupos de cultura afro-brasileira também se fazem presentes, como o Grupo de Maracatú Raízes da Terra encabeçado por Dona Vicentina, o grupo de Jongo Negra Mina, e o Grupo Moçambique Catopé de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (Congado) do Bairro São Dimas que tem Dona Maria Auxiliadora Martir como a primeira capitã mulher de congado da região.

As atividades lideradas por mulheres na cidade mostram o quanto de conhecimento e experiência elas têm a passar para àquelas e aqueles que se preocupam com as desigualdades sociais e urbanas. Além disso, é considera-las como agentes do conhecimento, não objeto de estudo. De acordo com Perry:

> Os movimentos feministas e negros, bem como os movimentos sociais em geral, ainda precisam prestar atenção ao ativismo de bairro nas cidades brasileiras, onde é realizado o trabalho político cotidiano de mulheres negras pobres com escolaridade limitada. (PERRY, 2016, p. 100. Tradução da autora)

Patrícia Hill Collins (2019) pontua como a epistemologia do feminismo negro captou os temas centrais da vida de mulheres negras, dando visibilidade às suas reivindicações. Não que somente através da militância do feminismo negro as lutas seriam possíveis, mas de fato, dialeticamente, esse movimento se constrói a partir da vivência das mulheres bem como fortalece a luta delas. Quando o espaço é pensado, principalmente na academia, dificilmente percebe-se que a experiência e a sabedoria do cotidiano dos "subalternos" se constituem como estruturas fundamentais, pois vive-se sob a validade do conhecimento masculino, hétero, branco e do norte global. Segundo Collins (2019), o papel do feminismo negro não é fácil pois precisa ir de contrapartida à visão dos homens brancos.

> Os temas centrais do pensamento feminista negro, como trabalho, família, política sexual, maternidade e ativismo político, baseiam-se em paradigmas que enfatizam a importância de opressões interseccionais na abordagem da matriz de dominação. (COLLINS, 2019, p. 402)

A produção da práxis do feminismo é apresentada por Ávila e Ferreira (2017) como a dialética entre a produção do conhecimento e a militância política. A produção do conhecimento vai exigir o pertencimento político, ou seja, esse conhecimento produzido da prática feminista não é neutro e nem pode ser com relação a nenhum outro tema que afeta a vida das mulheres. Isso exige que os assuntos tratados não sejam entendidos somente como referentes à vida das mulheres, mas como assuntos que se interpelam em múltiplas escalas, por exemplo, tipos de governo, migração, posse de terras, propriedade privada, acesso a

bens comuns, espaço cibernético, desmatamento, entre outros. Um movimento político é sempre uma práxis, já que é "um agir que se ancora em um trabalho constante de construção do pensamento e da ação" (ÁVILA; FERREIRA, 2017, p. 148).

Esses temas centrais captados pelo feminismo negro são, de certa forma, temas que perpassam a discussão sobre o direito à cidade, que nada mais é que o direito à autodeterminação da vida a partir da prática auto-organizada e "se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na sociedade, ao habitat e ao habitar" (LEFEBVRE, 2016, p. 134). A ideia de que a luta é coletiva já induz a não separação de sujeitos na busca por um horizonte de transformações da vida, então mesmo que no contexto desse artigo o feminismo negro seja o foco, a luta pelo direito à cidade e pelo direito das mulheres não se limita às ações das próprias mulheres, já que o machismo também influência a vida dos homens, em nível diferenciado.

A princípio, a tessitura das ações do coletivo feminista negro visa conscientizar que somos todos sujeitos diferentes, porém coletivos, que estão em coexistência com formas de governo, sistemas econômicos, pluralidades culturais e que, portanto, existem desigualdades e formas de opressões que não devem ser vistas como normais e fatalistas (MARICATO, 2002). O principal ponto de partida é perceber até que ponto as mulheres negras se entendem como mulheres negras de fato e trabalhar isso junto a elas. Com a sensibilidade ao "eu como pessoa ativa", pode ser trabalhada a problematização da cidade a partir da leitura do espaço partindo da primeira escala, o corpo. Nessa fase, a cidade poderá ser percebida como materialização das relações opressoras de gênero, sexualidade, raça e de classe. Muitas vezes fora dos espaços de poder de decisão, o silenciamento das mulheres negras acarreta na invisibilidade do conjunto de opressões materiais e simbólicas, mas ao juntarem e organizarem mulheres para que a realidade seja discutida, os coletivos feministas negros exploram a consciência de quem está presente nas diferentes esferas da reprodução do cotidiano.

Em entrevista concedida em 2018 a uma membra do Grupo Dandara, Tatiana Silva considera importante a auto organização da sociedade civil, das ações dentro dos bairros e no encontro de mulheres para mudar a realidade. Segundo ela

Você levar você, a sua ideologia, a sua história, entendeu? E tentar buscar sempre o melhor, *pra* você, *pra* sua família, *pra* comunidade onde você vive. Porque eu penso *pra* mim assim: "_ nós somos um coletivo", entendeu? [...] Eu acho muito difícil você se centralizar e querer, com todas as dificuldades que as mulheres negras, de comunidade passam, e querer se estruturar. Tipo assim, fazer aquela estrutura de "eu sou negra, eu vou correr atrás dos meus objetivos". (SILVA, 2018)

Com o relato acima, podemos perceber a perspectiva coletiva de Tatiana, comumente presente nas comunidades e periferias, que reinventam os sentidos de grupo e de sociabilidade nas experiências de expropriações que abrem as brechas que ensejam as lutas. Parece paradoxal, mas as mulheres negras têm uma posição onipresente no cruzamento das opressões o que permite que tenham importante papel político nas reivindicações da vida. Isso não quer dizer que as mulheres negras sabem de tudo por serem mais oprimidas, isso porque elas têm o olhar localizado na sua realidade e compartilham as experiências de seu grupo. Collins (2019, p. 431) afirma que a "parcialidade – não a universalidade – é a condição necessária para se fazer ouvir", ou seja, reconhecer sua própria posição sem desconsiderar as posições alheias.

Os movimentos preocupados em questionar o funcionamento lógico das estruturas sociais e de poder tendem a ocupar dois tipos de espaços públicos (FIGURAS 1 e 2), o espaço institucional responsável por funções públicas (como as universidades públicas e escolas) e os espaços abertos (ruas e praças) (CATALÃO; MAGRINI, 2017, p. 127).



Figura 1 – Manifestações contra o Golpe de 2016.
Fonte: *Arquivo do Grupo Dandara. São João del Rei, 2016*



Figura 2 - Exibição do filme Kbela na Praça do bairro Matozinhos
Fonte: *Acervo do Grupo Dandara. São João del Rei, 2016*

Pensando espacialmente, Doreen Massey e Henri Lefebvre colaboram para as ações do feminismo negro, diante da visão que ambos têm de um horizonte de liberdade e que além do espaço abarca também a vivência, pouco explorada nos estudos geográficos. Seus estudos espaciais e urbanos nos oferecem o caminho da superação de dicotomias, como teoria e prática, sob o argumento de que o espacial é político e que, portanto, devemos pensar o espaço como forma de perturbar a ordem política imposta (FIGURA 3). A leitura da subjetividade do cotidiano de mulheres negras é pensar o espaço como simultaneidade de "estórias-até-agora" (MASSEY, 2008, p. 28). Essas "estórias-até-agora" são o combustível da insubmissão às condições pelas quais o espaço urbano capitalizado se realiza e que se constitui de outros níveis de opressão (FIGURA 4).



Figura 3 – Performance "Alvo Branco" no centro da cidade
Fonte: *Arquivo do Grupo Dandara. São João del Rei, 2016*

Pensar no Direito à cidade é pensar no direito de reprodução da vida e da produção do espaço urbano em conjunto a partir das próprias demandas, sem que essa (re)produção siga as necessidades de determinado sistema econômico, político e cultural. Esse direito é inerente à reprodução do cotidiano, do fazer a vida no dia a dia e não é algo que se deva brigar de fato pelos meios judiciais, por isso ele se configura como algo que virá pelas mãos revolucionárias. Outro fator importante a ser destacado é a perspectiva anticapitalista que a luta pelo direito à cidade deve ter, pois o espaço e as desigualdades se realizam pelo fato do espaço absorver a acumulação desenfreada de capital e pelo capitalismo precisar do espaço para sua concretização e superação de suas crises. Não é objetivo desse artigo dar respostas sobre como alcançar o legítimo direito à cidade, nem apresentar o manual de luta, porém organizar o pensamento e apresentar possibilidades de reflexões. Massey (2008, p. 34) nos auxilia nesse ponto ao afirmar que se quisermos um futuro aberto, o espaço também precisa ser aberto.



Figura 4 – Grupo Dandara na Marcha Mundial das Mulheres Negras
Fonte: *Acervo do Grupo Dandara. Brasília, 2015*

Afirmar que o direito à cidade está nas mãos daquelas que estão nas ruas no dia a dia é necessário para que relembremos o seu verdadeiro sentido, pois em um primeiro momento o termo é atrativo para uso indevido por parte de instituições de poder e podem divergir do real sentido da luta interseccionada. As mulheres configuram como o grupo que historicamente encabeçam a busca pelos comuns por constituir como a base da sociedade pelo qual o trabalho produtivo só será possível mediante o trabalho reprodutivo. O conceito de comuns segue a linha tênue do direito à cidade, pois a luta pelos comuns é a luta por novas formas de sociabilidade que lembram as antigas formas comunais de vida, que foram atomizadas com os processos de acumulação primitiva, com o desenvolver das formas capitalistas de relações e com a formação das sociedades de consumo, que levam à precarização da vida e à feminilização da pobreza.

Por mais que a ideia tenha sido captada pelo Banco Mundial e pela Organização das Nações Unidas em direção aos interesses de mercado, os comuns são formas alternativas de reprodução da vida e, portanto, de produção do espaço e atualmente estão sob impactos de privatizações e da "potencialidade de se inibir novas formas de relações sociais" (HARVEY, 2014, p. 134). As mulheres são a peça chave nesse processo, pois "sempre dependeram mais que os homens do acesso aos recursos comuns e foram as mais comprometidas em sua defesa" (FEDERICI, 2019 p. 313) como a própria luta contra o projeto de privatização da água no Brasil (CALISTO; ALVES, 2020) e as diversas formas alternativas que surgem principalmente no sul global, como movimentos de economia popular e solidária, economia feminista e hortas urbanas.

Destaca-se nesse artigo as ações de um coletivo feminista que se encontra no interior do país, em uma cidade histórica de 300 anos que carrega em sua paisagem os traços do período do Brasil colonial. Dessa maneira, o corpo negro feminino é a expressão histórica das desigualdades espaço-temporais e poderá ser através das ações de um coletivo feminista negro que as condições de reprodução da vida serão visadas e caminhos para a emancipação poderão ser pensados a partir da relação individual-coletivo, ou seja, da troca de

experiências (FIGURA 5) que serão repetitivamente contadas e percebidas como padrão. É nessa hora que as tensões e os conflitos da vida cotidiana tomam clareza e se concretizam como constituintes de relações sociais antagônicas que se materializam no espaço. A narrativa é uma ferramenta fundamental para a construção do conhecimento e para estreitar relações entre sujeito e grupo e é a partir disso que mulheres se reconhecerão como semelhantes, porém únicas, com histórias parecidas e com demandas de vida que são as mesmas. A geografia, como ciência humana, precisa estar atenta para o uso dessa ferramenta.



Figura 5 – Roda de conversa com mulheres negras da cidade
Fonte: *Acervo do Grupo Dandara. São João del Rei, 2019*

Quanto às ações, o Grupo Dandara realizou em 2016 o evento Dandara além do dia 20 (DOS SANTOS; DOS SANTOS; MELO, 2019) com o objetivo de levantar questões que deveriam ser debatidas ao longo de todo o ano, não somente na semana do 20 de novembro (Dia da Consciência Negra). Foi uma semana com performances em praças e ruas, rodas de conversa em Centros Comunitários, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e escolas de bairros periféricos, com uma logística pensada para a disponibilidade de mulheres trabalhadoras e mães. Um outro objetivo foi causar desconforto nos espaços públicos quanto à invisibilidade de questões da vida da mulher negra tanto com performances problematizadoras quanto com a concentração de várias mulheres negras, politizadas ou não, na mesma via de fluxo de pessoas (FIGURA 6). O espaço público foi fundamental para que as ações acontecessem, pois entende-se que a mulher negra sempre foi pública (ou seja, sempre trabalhou e sempre transitou pelas ruas) mediante as condições de vida desde a escravidão e que, portanto, a via pública é o lugar por onde comumente elas transitam para os trabalhos relegados à elas.



Figura 6 – Espaço de conversa sobre a condição da vida das mulheres negras
Fonte: *Acervo do Grupo Dandara, São João del Rei, 2016*

Ao fim das atividades, as membras do grupo relataram o desgaste de organizar um evento independente de qualquer ajuda institucional, como Câmara de Vereadores da cidade, pois não conseguiram apoio, exceto algumas ações individuais de pessoas que colaboraram para que o evento ocorresse, como professores e artistas locais. Outro fator desgastante foi pensar no evento que fosse possível a participação de mulheres negras trabalhadoras da cidade. Dessa forma, optou-se por algumas das atividades serem realizadas dentro dos bairros periféricos, a fim de evitar que essas mulheres tivessem a mobilidade urbana como dificultadora da participação. Ainda assim, a rotina de reprodução social das mulheres era o próprio fator que dificultava sua participação nas atividades, como o cansaço após o trabalho, o cuidado dos filhos e companheiros e até a falta de estímulo para as discussões. Mesmo com essas conclusões, entende-se que a luta em busca da emancipação virá por essa classe trabalhadora feminina e negra, por serem as principais impactadas com o projeto colonial e agora neoliberal. É necessário repensar em como chegar nessa camada da população que muito tem a contribuir na construção teórica (PERRY, 2016; COLLINS, 2019) e o feminismo negro pode ser o mediador nessa relação entre academia e população.

Considerações finais

As leituras realizadas sobre o espaço segundo Lefebvre (2006) e Massey (2008) nos mostram que a geografia feminista deve ser não somente construção de conhecimento e realização de pesquisa, mas também um ato político de questionamento das estruturas dominantes. Sob essa influência, entende-se que o feminismo que se junta à geografia na análise espacial não só deve questionar as desigualdades sexuais e de gênero, mas igualmente rea-

lizar a crítica profunda às condições de vida das mulheres racializadas e levantar questões sobre a "feminização racializada da pobreza". Essa leitura deve estar ligada à dinâmica da globalização que correntemente reformula as condições da reprodução social e da divisão internacional, sexual e racial do trabalho. Quanto às práticas sociais no espaço urbano, o cotidiano expresso por essa feminização racializada da pobreza pode ser a ferramenta analítica potente para se projetar teorias e ações de transformação da vida urbana.

Esse texto não é um manual prático de conquista do direito à cidade, pois o direito à cidade é algo inerente à nossa própria existência desde que o espaço é condicionante e condiciona as relações sociais. Pressupõe-se que o direito à cidade seja conquistado a partir da ação radical, que rompe com estruturas opressoras que tem mantido sujeitos coletivos como sujeitos individualistas. Se está bem entendido que a luta pelo direito à cidade necessariamente precisa ser uma luta que rompa com a estrutura capitalista que condiciona a sociabilidade, esse artigo nos faz refletir que também é preciso adotar a postura contra outras formas de opressão. Gênero e raça são constituintes, mesmo que implícito, dos debates de movimentos sociais, associações de bairro e coletivos na academia e porque não a geografia para visibilizar esses grupos quando ela propõe pensarmos em desigualdades socioespaciais, reforma urbana e direito à cidade?

A geografia feminista deu largos passos em direção à um debate mais completo na análise espacial, ainda que se construa em confronto com o pragmatismo das ciências modernas. Entretanto, as contribuições do feminismo negro na geografia ainda são embrionárias, mesmo que alguns trabalhos no Brasil e no mundo estejam sendo produzidos. A interseccionalidade como ferramenta de análise nos foi oferecida e independente do método de abordagem, seu principal papel foi nos atentar para as opressões que são deixadas as margens, bem como os sujeitos que são padronizados como universais.

As histórias e experiências de grupos e coletivos precisam ser documentadas e compartilhadas para que também sirvam de material teórico que enseja a luta na teoria e na prática. Por mais que a produção científica qualitativa que usa de metodologias de oralidade seja correntemente desvalidada pelos reducionistas e tecnicistas, esse é um dos caminhos a serem seguidos para desvendar o cotidiano e as práticas sociais. A vida e o espaço social são constituídos de tensões e dinâmicas que não podem ser negados na análise acadêmica, pois elas ajudam a desvendar as relações entre as estruturas de poder e as existências dos sujeitos.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019, 255p.

ALVES, Alê. Angela Davis: "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela". El país, Salvador, 27, jun, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html Acesso em 10 jul 2020

ÁVILA, Maria Betânia. FERREIRA, Verônica. A produção do conhecimento na práxis criativa do feminismo. Aportes a partir de uma perspectiva materialista, situada e emancipatória. In: SAGOT, Montserrat (Coord.). **Feminismos, pensamiento crítico y propuestas alternativas en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2017. p.145-157.

BOUERI, Aline Gatto. Maioria entre desempregados e sobrecarregadas por tarefas de cuidado, brasileiras e argentinas sofrem mais com ajustes. **Gênero e Número**, 2019. Disponível em: http://www.generonumero.media/mulheres-reforma-trabalhista-brasil-argentina-desempregadas-sobrecarregadas/ Acesso em 06 jul 2020

CALISTO, Dalila; ALVES, José Josivaldo. O avanço da estratégia de privatização da água no Brasil. Jornal Brasil de Fato. São Paulo, 27, jun., 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/06/27/artigo-o-avanco-da-estrategia-de-privatizacao-da-agua-no-brasil Acesso em 10 jul 2020

CATALÃO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica. Insurgência, espaço público e direito à cidade. **Revista da ANPEGE**. v. 13, n. 22, 2017, p. 119-135. Disponível em: http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6942. Acesso 12 jul 2020

COLLINS. Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019, 495p.

COLOMBARA, Mônica. **¿Cómo las mujeres vivimos la ciudad?** Apresentação no Encontro de geógrafos da América Latina. S.d. 6p. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal4/Teoriaymetodo/Investigacion/04.pdf. Acesso 08 jul 2020

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, 2002a, p. 7-16

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução de Liane Schneider. **Estudos Feministas**, Ano 10, 2002b, p. 171-188.

DOS SANTOS, Bruna Lúcia; DOS SANTOS, Amanda Barbosa Veiga; MELO, Iuli Maria do C. A experiência do evento "Dandara: além do dia 20" para valorização da vida negra em São João del Rei – MG**. Revista Multiverso**, Juiz de Fora. V. 4, p. 1-12, 2019. Disponível em: http://periodicos.jf.ifsudestemg.edu.br/multiverso/article/view/340 Acesso em 14 jul 2020

FANON, Franz. **Os condenados da Terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968, 275p.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante. 1ª ed., 2019, 388p.

GONZÁLEZ. Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso 08 jul 2020

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes. 1ª ed, 2014, 294p.

KATZ, Cindi. Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social. Tradução de Gilberto Cunha Franca e Valeria Fontes. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 2, p. 435-452, 2019. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/158736. Acesso em 12 jul. 2020

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática. 1991, 216p.

_____. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. (do original: La Production de l'espace. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006, 476p.

_____. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 6ª ed., 2016, 144p.

_____. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2ª ed., 3ª reimpr., 2019, 212p.

MARICATO, Ermínia. Erradicar o analfabetismo urbano. **Blog Ermínia Maricato**, 2002. Disponível em: https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/03/maricato_analfabetismourbano.pdf Acesso em 10 jul 2020.

MASSEY, Doreen Barbara. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Tradução: Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008, 312p.

MONK, Janice. HANSON, Susan. On not excluding half of the human in human geography. **Professional Geographer**, 34(1), 1982, p. 11-23. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/229527706_On_Not_Excluding_Half_the_Human_in_Human_Geography Acesso em 01 jul 2020

PERRY, Keisha-Khan Y. Geographies of Power: Black Women Mobilizing Intersectionality in Brazil. **Meridians**: feminism, race, transnationalism. V. 14, nº 1, 2016, p. 94–120. Disponível em: http://unequalcities.org/wp-content/uploads/sites/17/2019/01/Perry-Keisha-Khan-Meridian-Article.pdf. Acesso em 05 jul 2020

SILVA, Joseli Maria; NABOZNY, Almir; ORNAT, Mario José. A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas**. Abordagens Geográficas**. V 1, n. 1, 2010, p. 23-41. Disponível em: http://abordagensgeograficas.geo.puc-rio.br/media/Artigo_2.pdf. Acesso em 08 jul 2020

SILVA, Joseli Maria. et. al. **Não me chame de senhora, eu sou feminista!** Posicionalidade e reflixibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. GEOgraphia, Universidade Federal Fluminense. V. 19, n 40, 2017, p. 12-20. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13796. Acesso em 08 jul 2020

SILVA, Tatiana Maria da. Entrevista concedida a Bruna Lúcia dos Santos. São João del Rei, 18 abr. 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução: ALMEIDA, Sandra Regina Goulart, FEITOSA, Marcos Pereira e FEITOSA, André Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 133p.

NOTAS

1. Alusão ao título da obra Os condenados da Terra (1968) de Franz Fanon.
2. Alves (2017) se refere à fala de Angela Davis na Universidade Federal do Recôncavo Baiano em Cachoeira, Bahia.
3. Desprezo por aqueles trabalhadores que de alguma forma receberam dinheiro do Estado como auxílio (FEDERICI, 2019, p. 79).
4. Katz (2019, p. 476) concebe o capitalismo vagabundo como "assediador do mundo, disperso, dissoluto, irresponsável".
5. Sobre as irrupções vindas das ruas para superar a realidade urbana.
6. Um exemplo é a dissertação de Nathália Alves da Silva no mestrado em arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31365 . Outro trabalho sobre a temática é o artigo de Talita Cabra Machado e Alecsandro José Prudêncio Ratts. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/6437/4996
7. A entrevistada assinou termo de consentimento em ter o nome exposto a fim da popularização dos relatos.
8. As imagens foram cedidas pelo grupo Dandara, que permitiram a exposição dos rostos.